

Jornalismo e a falta de tempo: como a pressa na produção pode impactar o histórico papel de mediação

Journalism and the lack of time: how the rush in production can impact the historic role of mediation

El periodismo y la falta de tempo: como la prisa em la producción puede impactar em el papel histórico de la mediación

Cristine Gerk Pinto Carneiro

Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – RJ – Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4948-6200>

Endereço currículo Plataforma Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9354550059526569>

E-mail: crisgerk@gmail.com

Resumo: O artigo discute os impactos da crise de tempo na produção jornalística, cada vez mais alinhada ao atual fluxo frenético e superficial da internet. Nesse sentido, a falta de investimento da força de trabalho em conteúdos com maior profundidade e contextualização enfraqueceria o histórico papel de mediação jornalística, e sua capacidade de divulgação de informações vinculadas a uma noção de longa duração. A partir da colaboração teórica de distintos autores que se debruçam sobre o tema, o texto discute como a desaceleração e o distanciamento de um chamado jornalismo declaratório poderiam ser um caminho de reencontro com a história da profissão e em direção a um futuro possível.

Palavras-chave: Jornalismo. Mediação. Tempo.

Abstract: The article discusses the impacts of the time crisis on journalistic production, which is increasingly aligned with the current frenetic and superficial flow of the internet. In this sense, the lack of investment by the workforce in content with greater depth and contextualization would weaken the historic role of journalistic mediation, and its ability to disseminate information linked to a long-term notion. Based on the theoretical collaboration of different authors who focus on the subject, the text discusses how the deceleration and detachment of a so-called declaratory journalism could be a way of re-encountering the history of the profession and towards a possible future.

Keywords: Journalism. Mediation. Time.

Resumen: El artículo discute los impactos de la crisis del tiempo en la producción periodística, cada vez más alineada con el flujo frenético y superficial de internet. En este sentido, la falta de inversión por parte de la fuerza laboral en contenidos con mayor profundidad, contextualización y celo debilita el papel histórico de la mediación periodística, y su capacidad de difundir información ligada a una noción de largo plazo. A partir de la colaboración teórica de diferentes autores que se ocupan del tema, el texto propone la desaceleración como forma de reencontrarse con el pasado de la profesión hacia un futuro posible.

Palabras clave: Periodismo. Mediación. Tiempo.

1. Introdução

Quando o jornalismo contemporâneo entra em pauta, o “lide” dos estudos de comunicação com frequência recai nos impactos que a massificação do uso das redes sociais provocam nas práticas profissionais. Este artigo pretende focar um aspecto pouco abordado neste esforço reflexivo: os efeitos da lógica da falta de tempo ou da superaceleração temporal da atualidade na mediação jornalística, autoproclamada historicamente como uma arma de defesa da democracia na sociedade. A proposta é refletir sobre o uso do tempo no cotidiano profissional do presente, considerando marcos do passado como mapas que indicam rotas para um futuro possível.

Para iniciar o debate, é necessário ressaltar a importante relação entre a profissão e a maneira como o tempo é percebido pela sociedade. No jornalismo, o principal objetivo é oferecer o presente social. Há um sentido de fidelidade entre o relato e as ocorrências cotidianas, e a credibilidade deriva da compreensão de que o jornalismo é uma prática autorizada a narrar a realidade presente. Neste processo, entende-se que o jornalismo é norteado pelo princípio da atualidade, além de valores como interesse (público ou segmentado), notoriedade dos sujeitos e ineditismo (BENETTI, 2013).

Como lembra Franciscato (2003), a temporalidade da atividade jornalística não é composta só pela do objeto noticiado, mas também pela temporalidade do ato de informar publicamente (na forma de um discurso) que tal fato está ocorrendo numa dimensão do presente. O autor pondera que o que se convencionou denominar de atualidade jornalística

tem sentidos diferentes que se referem a variados fenômenos, como um conteúdo que revela a temporalidade de uma ocorrência; uma prática social que contribui para sedimentar a experiência social em um tempo definido (seja construindo sentidos de proximidade e imediatismo, seja estabelecendo a agenda dos temas considerados relevantes para a sociedade); um conjunto de processos institucionais que se realizam em ritmos ditados pela produção organizada industrialmente e periodizada; um ato de construção de sentidos pelo leitor ao interpretar conteúdos jornalísticos com base em sua realidade cotidiana. Sendo assim, o jornalismo é entendido como uma criação institucional que interfere na maneira como o indivíduo e a sociedade vivenciam socialmente o presente.

O próprio regime de verdade, no qual se baseia a credibilidade jornalística, interliga-se diretamente ao da temporalidade, já que remonta ao que está acontecendo no presente. Essa ilusão do tempo presente acrescenta credibilidade a uma fala como se as ações narradas ainda estivessem em curso. Logo, esse compromisso com a verdade, um valor histórico que permanece no jornalismo, se apoia na ideia de presente para reforçar a configuração histórica do jornalismo enquanto instância legitimadora para narrar o mundo. A proximidade temporal com o público, que também dá conta de antecipar o futuro, estreita os laços que credibilizam as ações narradas, fazendo acontecer na presença, como resume Rêgo (2019). O jornalismo instituiu-se como instância de divulgação da atualidade, numa espécie de atualização que só se tornava passada pela publicação de novas atualizações.

A questão é que vivemos atualmente uma reconfiguração da noção do que é presente ou atualidade. A digitalização da sociedade propõe mudanças na forma como o tempo é vivenciado. Em Castells (1999), podemos encontrar a proposta de conceituar essa nova temporalidade, como o que denomina “tempo intemporal”. A nova configuração estaria relacionada ao fato de que a comunicação por redes possibilita a transmissão instantânea de dados sem intervalo temporal entre o envio e o recebimento (a “instantaneidade”) e essa transmissão não depende de uma sequência linear e demorada de leitura e envio. Haveria uma pretensão de rompimento com um modelo de tempo cronológico, que tem como uma de suas manifestações mais paradigmáticas as linhas de montagem e os controles de ritmos de produção característicos das sociedades industriais.

O jornalismo hoje se liga intensamente à dinâmica temporal da internet, ambiente onde há maior fluxo de informações. Nesta lógica da duração acelerada, efêmera, descartável, há pouco espaço e investimento na interpretação sobre os fenômenos e personagens ao longo do tempo. O fenômeno de instantaneidade da transmissão das informações refere-se também à capacidade de os leitores interagirem e agirem em uma simultaneidade do tempo da veiculação. Também há um rompimento da sequencialidade da leitura, por meio de recursos de construção textual, como o hipertexto.

Harvey (1992, p. 258-263) usa a expressão “compressão do tempo-espaço” para designar “processos que revolucionam as qualidades objetivas do espaço e do tempo a ponto de nos forçarem a alterar, às vezes radicalmente, o modo como representamos o mundo para nós mesmos”. As consequências seriam a institucionalização da efemeridade, da volatilidade, da descartabilidade e da instantaneidade como modos de realização do capital na sociedade, com impactos no modo de fazer jornalismo hoje. Produtos, serviços, técnicas de produção, processos de trabalho, ideias e ideologias, valores e práticas estabelecidas passariam a estar envolvidos por esta lógica em uma experiência do tempo em um presente ao qual objetos e práticas se direcionam sempre em busca de uma renovação intermitente.

O jornalismo possui um ritmo regulado pela velocidade da produção, pela rapidez com que um conteúdo é transformado em produto noticioso. Franciscato (2003) marca que há uma tensão entre a velocidade do movimento do mundo e a velocidade da produção do discurso jornalístico sobre esse movimento, pois o jornalismo vive um permanente risco de que o sentido de tempo que traz no seu discurso se descole do tempo do mundo. Isso parece sofrer grande exacerbação no momento atual, em função das mídias digitais. Essa noção é incorporada na rotina das redações: a fuga da defasagem é razão para acelerar a produção e dar valor à noticiabilidade de um evento. O discurso jornalístico, define Franciscato (2003), afirma-se publicamente como discurso sobre a atualidade porque constrói um sentido temporal de não haver um desencaixe real entre o tempo do mundo e o da produção jornalística.

É interessante pensar que essa relação com o tempo, que simultaneamente engloba multiplicidade, instantaneidade e um tempo comum, afeta profundamente a prática jornalística, impondo cada vez mais um sentido de urgência e uma sensação de descarte. Como o tempo do mundo está acelerado, o jornalismo acelerou seu tempo de produção. Entretanto, enquanto o jornalista mantém um desejo de futuro (quer continuar tendo papel de relevância na sociedade como profissional), ele produz conteúdos apressados, que muitas vezes deixam marcas efêmeras em quem lê: não têm “furos” ou geram emoções ou reflexões mais profundas. O jornalista tem como valor continuar sendo um historiador do tempo presente, ainda quer gerar conteúdos que permaneçam durando (GERK, 2020), mas parece lhe faltar tempo para produzir este tipo de conteúdo.

2. Mediação e democracia

A base da relação do jornalismo com o tempo é a ideia de que jornais operam como mediadores de nossa experiência histórica, oferecendo à sua comunidade de leitores um mapa temporal de narrativas de uma atualidade socialmente partilhada. Como vimos, a atualidade é a temporalidade do tempo presente definidora e legitimadora do jornalismo enquanto instituição social, que demarcaria o próprio sentido de realidade e definiria modos de organizar a vida cotidiana. Mas agora vivemos uma espécie de ultra-atualidade, que não permite mais a pausa necessária para esse tempo organizador da vida cotidiana. Nesse sentido, a relação do jornalismo com a atualidade ganha novos contornos, no tempo acelerado da internet, que não permite pausas nem durante a produção nem entre a veiculação, o consumo e o retorno opinativo da audiência, indicando já novos caminhos imediatos da produção ou até a revisão do que acabou de ser feito. Tudo no mesmo tempo: agora.

A mediação em uma sociedade democrática é definida por autores como Kunczik (2002) como o principal papel do jornalista, em uma missão de facilitar a mútua comunicação entre os diferentes grupos da sociedade. Nesse sentido, o jornalista precisa usar métodos de pesquisa social para poder prestar declarações sobre os temas sociais. Lopes (2013) aprofundou-se em alguns aspectos que

relacionam a identidade jornalística à dimensão gnoseológica, ou seja, o fato de o jornalista, *a priori*, sempre se reportar ao mundo real, mesmo quando a realidade se enquadra em um mundo virtualizado. Aí se fundariam, segundo a autora, as crenças sobre a verdade jornalística e o papel de mediação. O segundo âmbito do jornalismo seria o político-discursivo, um discurso autorizado e desejado entre público e fatos. A retórica jornalística, de acordo com Lopes (2013), explora a verossimilhança ao mesmo tempo em que busca um estatuto de verdade, através da norma da objetividade, ou seja, na reunião de elementos que esfumaçam o esforço retórico e revertem o discurso de aparência inquestionável, evidente, lógica. A terceira dimensão do jornalismo tem a ver com seu caráter atual e periódico.

Lopes (2013) ressalta que, na época da ditadura, ficaram reforçados os papéis de jornalistas como promotores dos valores democráticos e defensores de garantias individuais e coletivas, porta-vozes desinteressados do bem comum. A busca pela “revelação da verdade” também permitiu a eclosão do jornalista investigativo, que se transformou numa espécie de vigia da sociedade, mediador entre o poder público e os fatos. A credibilidade, defendida por Muniz Sodré (2009) como o principal capital simbólico do jornalista, sempre decorreu muito provavelmente do lugar privilegiado que o jornalista ocupa como mediador entre a cena do acontecimento e a sociedade global: o lugar da testemunha. Essa credibilidade também envolve certa hegemonia da enunciação. O repórter figura como uma espécie de “testemunha paga”, remunerado para narrar “fielmente” um episódio. Nesse sentido, seu testemunho teria mais “valor” do que o de uma testemunha anônima.

O papel de mediador do jornalista tem sido enfraquecido na contemporaneidade (GERK, 2016) diante de uma nova configuração do tempo, que não permite o hiato necessário para a mediação¹. Hoje há um excesso de informação, mas feita para ser consumida rapidamente, sem ligação, esvaziada da possibilidade de entendimento profundo. Há uma sensação de que o presente está acabando agora, escorrendo (BARBOSA, 2017). Tudo é da ordem do absolutamente efêmero, uma percepção estimulada por um capitalismo acelerado que torna obsoletos produtos

¹ Outros fatores influenciam no enfraquecimento da mediação, como a crise das instituições e a chamada crise da verdade.

quase instantaneamente. E, por isso, alguns autores defendem que há uma compulsão pelo registro: muitos recorreriam à tecnologia na esperança de alcançar maior longevidade de suas memórias e vivências em um presente furtivo e acelerado. A discussão não é unívoca.

As múltiplas e dispersas informações jornalísticas atualmente muitas vezes não ajudam o espectador a criar elos, lembrar. A superabundância também pode virar esquecimento, porque muito se perde no ambiente virtual. Para Sodré e Paiva (2011), mesmo com todo o esforço jornalístico atual de distinção entre o veraz e o falso, sem uma mediação pactuada, nunca se pode realmente saber se é verdadeiro o enunciado que desmente o falso. Os autores pontuam que recorrentes falhas de apuração e o excesso de informação em circulação estariam produzindo este ambiente em que as notícias circulam de maneira acelerada e superficial, consolidando um ambiente de boato. “A assinatura é a única garantia da veracidade da informação, ou seja, não há garantia” (SODRÉ; PAIVA, 2011, p. 28). Para os autores, o “lastro de confiabilidade que caracterizaria o jornalismo tradicional foi substituído pelo lastro da celebridade, que facilmente assina um *blog*” (SODRÉ; PAIVA, 2011, p. 28).

Este papel de mediador do jornalista fica enfraquecido também quando se desloca para terceiros o lugar de testemunha. É o que observamos hoje no chamado “jornalismo declaratório” ou de testemunhos, fenômeno também influenciado por uma crise de tempo para uma apuração mais aprofundada das notícias.

3. O jornalismo declaratório e a pressa

Jornalistas alertam para o perigo da prática, cada vez mais frequente, de produzir matérias apenas a partir de um relato enviado por leitor em redes sociais, como WhatsApp (GERK, 2016). Há mais chances de virarem matérias as mensagens acompanhadas de fotos ou vídeos, sobretudo de pessoas que denunciam abusos do poder público ou violências, no lugar de vítimas. Muitos artigos em veículos jornalísticos se resumem à reprodução da mensagem do leitor, com a resposta da autoridade competente, sem polifonia ou análise sobre o passado e o futuro da

situação. A verdade da experiência de cada um, transmutada sob a forma de imagens vistas, capturadas e partilhadas, produz um discurso desassociado de qualquer referencial, tendo nele mesmo o sentido exacerbado de verdadeiro. Outra prática recorrente é a reprodução de relatos de poderosos (representantes do governo, por exemplo), sem dados ou outros relatos para contextualizar a declaração. Quando há pouco tempo e investimento na produção de conteúdos jornalísticos, o trabalho se resume à administração de relatos. Mas o testemunho tem sentido mais amplo e profundo quando relacionado ao grupo do qual seu autor faz parte, depende do contexto do indivíduo em questão, de seu histórico. A lembrança não está encerrada em si mesma. A compulsão pela fala desassociada de sentido profundo esvazia a capacidade de categorizar, de agir criativamente.

Se antes o jornalista se posicionava como observador da realidade, ele hoje parece perder lugar para um novo autor cada vez mais legitimado pela experiência. Ou seja, quanto mais tenha vivenciado a situação narrada, mais este novo autor vai parecer autêntico aos olhos do leitor-espectador. E atualmente esse canal de comunicação é facilitado pelas redes sociais e smartphones (sobretudo via WhatsApp), mecanismos que tornam possível e imediata a transmissão de experiências em qualquer lugar, a qualquer hora. Ou seja, não é possível desconsiderar que o jornalista sempre colheu relatos e testemunhos para produzir suas histórias. O que parece mudar é o tratamento e o lugar de destaque dado hoje ao relato puro, sem contexto ou confronto, bem como a profusão e agilidade de sua veiculação.

Além disso, não se pode esquecer que a possibilidade de narrar carrega ainda a potência do que não é narrável e, sendo assim, “o testemunho vale essencialmente por aquilo que nele falta” (AGAMBEN, 2008b, p. 43). Nessa perspectiva, o testemunho é também uma construção de linguagem que se configura na tensão entre o que se pode dizer e aquilo que de fato é dito. O que foi deixado de fora? O que foi escolhido? Que falas são legitimadas e quais não são? É preciso interrogar-se também sobre a natureza desse não-dito. Assim, o relato transmite tanto as provas e evidências de seu trajeto como os desvios e mistérios não revelados. Um relato é um mapa, que leva para muitos caminhos, explorados ou não naquela fala. É preciso entender essas rotas e os processos sociais nos quais estão imbricadas, e não apenas reproduzi-lo.

A existência de informação abundante, circulando entre microesferas desconectadas, aumenta a confusão pela adição infinita de argumentos discordantes; ou a polarização, pela adesão automatizada a opiniões previamente concordantes. No pacto implícito entre o jornal e seu leitor, espera-se que o discurso do jornalista seja crível a ponto de que o leitor lhe reconheça como verdade. Sodré e Paiva (2011) ponderam que a mídia de hoje, salvo raras exceções, não observam estas virtudes cívicas implicadas no esclarecimento, que vêm se tornando desnecessárias pelo mercado do entretenimento e do falatório. Diante de algo engraçado, simplesmente ri, sem necessidade de ser preciso acreditar na informação que diverte. Na disseminação de uma lógica do falatório, perderiam a importância, segundo os autores, critérios de estabelecimento público da verdade. Então se multiplicam os boatos, as notícias curtas baseadas em uma única fala, ou seja, o jornalismo declaratório.

Se a autoridade passa a ser de narradores em geral, o jornalista perde a certeza de um lugar histórico conquistado. Cada vez mais, o jornalismo apresenta versões, em uma era que não valoriza a compreensão mais abrangente dos fatos. O virtual se consolida como lugar de representação do sujeito. A prática de dar visibilidade e legitimidade imediatas a relatos parece marcar uma mudança do papel do jornalista. Ele sempre se afirmou como aquele com a missão de revelar a verdade por trás de boatos, a partir de sua autoridade moral e de sua capacidade de aprofundar a informação. Porém, o grande número de relatos parecidos, circulando hoje na internet, rotineiramente passa a ser sinal de que algo é verdadeiro. O lugar dos boatos é revisto e ressignificado. A própria fala ou o boato passa a ser a notícia, é outro critério de estabelecimento da verdade, cada vez menos investigada, mesmo que se admita a dificuldade de estabelecer uma verdade absoluta.

Como afirma Berger (2003, p. 21), para o fazer jornalístico valem os “efeitos de verdade”: os testemunhos, as provas, a redação objetiva, tudo o que pode contribuir para ganhos de credibilidade quando a tarefa é dar conta do presente, da atualidade. O tornar público é fonte de poder; selecionar o que será visível implica uma questão ética. Este ainda é o lugar privilegiado da vigilância, fundamental à democracia. O jornalismo, enquanto instituição, sempre enfrentou crises, seja por tensões com poderes ou por adequações demandadas por atualizações tecnológicas. Para se manter saudáveis

economicamente, as instituições jornalísticas dependem da receita publicitária, que por sua vez também se apoia na credibilidade. Isto é, se o jornal não consegue reunir elementos que credenciem seu noticiário como credível, certamente seu leitorado não o considerará assim. Sem leitores, não há anunciantes. Os desafios do jornalismo hoje envolvem a crise de expectativa do público a respeito de quem na sociedade tem legitimidade discursiva para configurar a verdade.

A informação, a contrainformação e a desinformação sempre foram armas na disputa pelo poder. Quando a instituição jornalística não investe tanto quanto poderia no seu papel mediador no processo de circulação social de informação, que passa pela checagem dos fatos, o jornalista vira mero reproduzidor de declarações interessadas – o chamado jornalismo declaratório, como abordamos. “O jornalismo também depende da demanda da sociedade por informações de qualidade e uma maturidade na utilização da internet, e enquanto estivermos na adolescência digital, discursos de ódio e notícias falsas continuarão a existir” (SPINELLI; SANTOS, 2018, p. 14).

Castilho (2016) sustenta que, diante do imenso volume de informações ao qual as pessoas são submetidas diariamente, é inevitável que apareçam muitas versões sobre um mesmo fato. A consequência inevitável desse fenômeno, segundo o autor, é a relativização dos conceitos e sentenças. Para Keyes (2004), o que estaria em jogo seria uma questão ético-moral, uma vez que teria se passado a aceitar que mentiras podem ser ditas com impunidade e sem constrangimentos. Embora sempre tenha havido mentirosos, as mentiras sempre foram ditas com hesitação, culpa, ansiedade, embaraço. É a partir de coerções que produzem efeitos de poder que, segundo Foucault (2012), a verdade é produzida. Para o autor, cada sociedade tem, em uma determinada época, sua “política geral” de verdade, entendida como os discursos que são aceitos e reconhecidos como verdadeiros; possui ainda “mecanismos” e “instâncias” que possibilitam diferenciar enunciados verdadeiros de falsos; e legítima “técnicas” e “procedimentos” para a “obtenção” da verdade; além de reconhecer o “estatuto” daqueles que têm a função de dizer o que é verdadeiro (FOUCAULT, 2012).

No século XX, o jornalismo atribuiu a si mesmo a capacidade de construir relatos não tendenciosos dos acontecimentos e passou a utilizar uma linguagem

supostamente neutra e de “autoridade”, ancorada na ideia da objetividade discursiva. Entretanto, autores questionam se esse regime de objetividade se encaixa na atual dinâmica do sistema de mídia em rede e da crise da crença na verdade, como abordam, por exemplo, os pós-modernos. As *fake news* também passaram a ser utilizadas, em alguns casos, com a intenção deliberada de desacreditar o trabalho feito pelo próprio jornalismo profissional, contribuindo, por um lado, para a deslegitimação da atividade, como já mencionamos. Os produtores de *fake news* buscam desqualificar as empresas jornalísticas profissionais. E criar um “ecossistema favorável à desinformação”. O esforço dos jornalistas precisa ser justamente o de qualificar seu trabalho profissional a ponto de se diferenciar desse movimento de desinteresse pelo embasamento das informações prestadas. Quando ele simplesmente reproduz relatos, que podem inclusive ser mentirosos, enfraquece seu papel de qualificar o produto noticioso e exercer de forma profunda a mediação.

4. Conclusão

Historicamente há diversos episódios em que os próprios meios tradicionais de imprensa propagaram notícias falsas. Hoje, é mais fácil checar informações. Então, é ainda mais gritante a necessidade de checagem por grandes disseminadores de conteúdo. Um anônimo pode não ter tanto compromisso com a apuração, mas o jornalista profissional, sim. As *fake news* reforçam a necessidade do “caráter pluralista da imprensa” como uma forma de se contrapor ao argumento dos disseminadores de notícias falsas de que as grandes empresas jornalísticas “escondem” as informações do público. Entretanto, em um cenário de enxugamento do número de jornalistas empregados, o processo de checagem parece, às vezes, ficar mais precário. Ao reproduzir um relato falso sem contextualização ou esclarecimento, o jornalista é corresponsável pela propagação de mentiras na rede.

Quanto menor a transparência sobre processos e menor cuidado e zelo na apuração devido à pressa da produção, maior o risco de perda da credibilidade. Qualquer reforço da credibilidade de uma organização jornalística deve garantir mecanismos efetivos

capazes de oferecer à sociedade e à audiência a possibilidade de cobrar e receber os resultados prometidos em seus projetos. É difícil mediar em um espaço de descrença, ou quando a produção profissional se assemelha à amadora.

O antídoto para esse atual deslocamento no papel do jornalista testemunha, segundo a proposta de muitos autores, como Sodré (2009), estaria na qualidade da notícia garantida pelo estatuto jornalístico, devendo a imprensa ter a capacidade de complementar as informações diante de uma nova lógica, quando se desloca para o receptor grande parte do poder de pautar os acontecimentos. Ou seja, para seguir cumprindo seu papel de ser arma histórica na defesa da democracia e na fiscalização do poder público, o jornalismo precisaria parar, desacelerar: olhar para trás, para a sua história, e perceber como ela é, na verdade, seu caminho principal de futuro. Em vez de seguir apenas o ritmo frenético da internet, é preciso investir no tempo necessário para a mediação e para a produção de conteúdos de longa duração, ou seja, que tenham passado e presente dos contextos abordados e prometam permanecer durando, e não serem instantaneamente descartados (nem os conteúdos nem a profissão). Seria preciso deixar a internet correr um pouco sozinha e deter o olhar mais pausadamente para agregar qualidade às informações, e assim, ter mais chances de durar.

Falta tempo na redação para se pensar em outra coisa que não seja a urgência de preparar o material para ser exibido na próxima edição do jornal ou no *site*. Há grandes reportagens ainda sendo feitas. Mas há um número muito maior, e crescente, de pequenas reportagens, incapazes de conferir algum prestígio a seus repórteres (BERGAMO, 2011). Uma reportagem de fôlego só pode ser feita a partir do tratamento do fato jornalístico, no tempo de ação e no processo de narrar. A ideia é aprofundar o fato no espaço e no tempo, reconstituindo-o no antes e no depois. Entretanto, a alta competição no ambiente digital, repleto de fontes de informação, tem demandado uma participação ativa no mundo virtual, sobretudo pela necessidade de receber e processar ininterruptamente uma imensa e crescente quantidade de dados. Isso provoca no jornalista um estresse de atenção contínuo. Assim, podemos pensar a reportagem como um gênero jornalístico que demanda tempo, ou seja, há uma crise desse gênero ligada a uma crise de tempo. A essência

do que é o trabalho do repórter demanda tempo: aquele que busca as histórias, que desvenda a realidade, que investiga, que entra em contato com o mundo no sentido de conhecê-lo e interpretá-lo. É um tipo de postura muito mais ativa do que passiva.

Apesar da pressão e da importância dos não-jornalistas profissionais na divulgação de informações hoje, não se pode ignorar que, de certa forma, a mídia hegemônica ainda é, em grande escala, encarregada de selecionar o que reter e o que esquecer ou não perceber em larga escala, ou seja, quando pensamos em memória coletiva. O papel de mediação ainda precisa estar no centro do debate, já que muitas vezes ainda é a pressão da imprensa hegemônica que muda cursos da história, influencia decisões políticas, provoca comoção e demanda popular. A reportagem faz da história pessoal uma história coletiva: por mais pessoal que possa ser um dado registro jornalístico, ele é sempre reproduzido em grande escala, assumindo, posteriormente, o valor de “documento” não apenas pessoal, mas também coletivo – um borramento das fronteiras entre o íntimo e o público. Os meios de comunicação não são os únicos, mas ainda são, hoje, um dos principais atores na realização do trabalho de enquadramento sobre o passado das coletividades.

Em um ambiente em que os leitores se restringem a bolhas de informações, é preciso compreender que é possível ter um ponto de vista diferente sem que isso seja considerado mentira. E, acima de tudo, é preciso, ainda, que existam fontes de informação nas quais se possa confiar, independentemente das opiniões. Ter tempo para qualificar o discurso jornalístico é fundamental não só para quem o produz, mas para quem o consome.

Referências

BENETTI, Marcia. *Revista e jornalismo: conceitos e particularidades*. In: TAVARES, Frederico; SCHWAAB, Reges (org.). *A revista e seu jornalismo*. Porto Alegre: Penso, 2013, p. 44-57.

BERGAMO, Alexandre. “Reportagem, memória e história no jornalismo brasileiro”. *Mana: Estudos de Antropologia Social*, v. 17, n. 2, p. 233-269, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/226701>.

BERGER, Christa. *Campos em confronto: a terra e o texto*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTILHO, Carlos. “Apertem os cintos: estamos entrando na era da pós-verdade”. Observatório da Imprensa, 28 set. 2016. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/apertem-os-cintos-estamos-entrando-na-era-da-pos-verdade/>. Acesso em: 17 maio 2020.

FOUCAULT, Michel. “A ordem do discurso”. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. *A atualidade no jornalismo: bases para sua delimitação teórica*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003. Disponível em: <http://poscom.tempsite.ws/wp-content/uploads/2011/05/Carlos-Eduardo-Franciscato.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2017.

GERK, Cristine. *Jornalismo e público: reconfigurações no contexto digital. WhatsApp do Extra como ferramenta histórico-tecnológica*. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

GERK, Cristine. *(Re)parem (n)as máquinas. Jornalismo, memória e testemunho em novas leituras do século XXI*. Tese (Doutorado) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.

KEYES, Ralph. *The post-truth era: dishonesty and deception in contemporary life*. Nova York: St. Martin Press, 2004.

RÊGO, Marília Gabriela Silva. *Jornalismo independente na cobertura política: The Intercept Brasil e o processo do impeachment de Dilma Rousseff*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

SPINELLI, Egle M.; SANTOS, Jéssica de A. “Jornalismo na era da pós-verdade: fact-checking como ferramenta de combate às fake News”. Observatório, v. 4, n. 3, p. 759-782, 29 abr. 2018.

SODRÉ, Muniz. *A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento*. Petrópolis: Vozes, 2009.

SODRÉ, Muniz; PAIVA, Raquel. “Informação e boato na rede”. In: SILVA, Gislene *et al.* (orgs.). *Jornalismo contemporâneo: figurações, impasses e perspectivas*. Salvador: EDUFBA; Brasília: Compós, 2011. p. 21-32.